

COMUNIDADE CATU/RN: o diálogo político e etnicidade

CATU/RN COMMUNITY: the political dialogue and ethnicity

José Alberto da Silva*

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Karlla Christine Araújo Souza**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar as convergências em torno de elementos do “Diálogo Político e Etnicidade” presentes na comunidade indígena Catu, a partir de um processo histórico chamado antropologicamente de “etnogênese” que consiste na dinâmica cultural e política de grupos étnicos. A construção de um processo étnico aparece então articulada em ações individuais e coletivas, envolvidas no processo de legitimação das reivindicações indígenas. Procuramos identificar menções de interdependência entre liderança e comunidade, produzindo assim um estudo dos processos políticos gestados pelo fluxo de relações culturais, deste modo, a etnicidade é vista como uma construção dialógica presente na comunidade. A partir da interpretação etnográfica buscamos mapear as teias de relacionamentos entre os diversos agentes envolvidos no que denominamos “campo político”. Assim, mesclando elementos observados no campo, e aproximações teóricas sobre a organização política da comunidade, pretende-se levantar um discurso dialogado sobre a emergência étnica, apresentando no desenvolvimento as observações traçadas neste contexto e as ações dos nativos.

Palavras-chave: etnicidade; etnogênese; identidade; política.

ABSTRACT

The article aims to analyze the convergences around elements of the ‘Political Dialogue and Ethnicity’ present in the Catu indigenous community, based on a historical process anthropologically called ‘Ethnogenesis’, which consists of the cultural and political dynamics of ethnic groups. The construction of an ethnic process then appears articulated in individual and collective actions, involved in the process of legitimizing indigenous claims. We seek to identify mentions of interdependence between leadership and community, thus producing a study of the political processes generated by the flow of cultural relations. In this way, ethnicity is seen as a dialogical construction present in the community. From the ethnographic interpretation, we seek to map the webs of relationships between the various agents involved in what we call the ‘political field.’ Thus, mixing elements observed in the field and theoretical approaches to the political organization of the community, it is intended to raise a dialogued discourse on ethnic emergence, presenting in the development the observations outlined in this context and the actions of the natives.

Keywords: ethnicity; ethnogenesis; identity; policy.

* Mestre em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI/UERN). Contato: josebetojs@hotmail.com

** Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). Contato: karlla_chris@yahoo.com.br

Artigo Recebido em: 18/12/2018. Aceito em 24/03/2024.



INTRODUÇÃO

A nova visibilidade obtida pelos povos indígenas nas últimas décadas faz com que os processos pelos quais eles passam sejam objeto de reflexão. Neste campo os estudos atuais valorizam a compreensão do campo político e etnicidade como produtos históricos que se alteram, conforme as interações dos povos indígenas entre si e com as sociedades envolvidas, tal como se a verifica na comunidade Catu/RN, onde há existência de grupos e sujeitos específicos que se auto identificam indígenas. É pertinente considerar as especificidades e as complexas relações entre as diferentes instâncias de poder.

Como parte de estudo em tela, teremos trabalhado com o conceito “etnogênese” para além de todos os elementos expostos durante a pesquisa, destacamos o dinamismo inerente às estruturas sociais, uma vez que tais estruturas não atuam sobre agentes passivos, mas sobre sujeitos ativos, capazes de modificá-las de acordo com seus interesses políticos. Na medida em que a comunidade Catu supõe uma confrontação que envolve, ao mesmo tempo, a busca pelo fortalecimento de sua configuração política para torná-la viável e projetá-la no embate de novas lutas com ideais antigos aos povos indígenas, cada dia são mais complexas as formas de resistir e lutar, pois os confrontos se ampliaram, ao se sustentarem no imaginário social reforçado por projetos antagônicos de Estado.

Tais confrontos são muito mais difíceis de serem visibilizados do que a cruz e a espada já enfrentadas com tantas vidas. Mas neste movimento novas estratégias são criadas e atualizadas a fim de se fortalecerem contra a invasão de suas terras e suas vidas. Além de influir nas decisões que afetam seu próprio processo de afirmação étnica. A metodologia visa trabalhar com técnicas de pesquisa como entrevistas abertas e, observação participante, que são de natureza qualitativa e, portanto, mais adequadas para reconstituir o universo de participação política e o sistema de representação identitária dos informantes



desta comunidade e perceber como se interligam as diversas abordagens dos sujeitos que interagem no interior da comunidade Catu.

Nos interstícios desse movimento estratégico de política explícita, colocam-se os sujeitos silenciosos que agem segundo padrões rotineiros de comportamento, fazendo emergir, quando o olhar do etnógrafo sobre eles se volta, um universo de representações que autoriza falar em diferenças, em fronteiras étnicas. Esses fragmentos apontam para dimensões políticas e culturais futuras, que talvez guardem possibilidades de serem utilizadas pelos índios como elementos simbólicos de etnicidade nas suas próximas elaborações, em um movimento com vistas à renovação dessa mesma etnicidade.

ETNOGÊNESES, UM DEBATE POLÍTICO ATUAL

Ao pensarmos em traduzir etnograficamente um campo político precisamos estar cômicos sobre que tipo de ações e situações podem servir de suporte a análise do campo em apreço. As formulações teóricas indicam um bom caminho para definirmos a postura que devemos assumir. Política é sempre um exercício social cujo sentido é a consecução de determinados objetivos. Portanto, estamos interessados em processos que envolvem objetivos coletivos, no âmbito da construção da etnicidade como temos procurado desvelar, implica necessariamente o reconhecimento de uma comunidade de significados culturais.

Parece-nos instigante pensar que no caso da comunidade Catu, para compreender suas dinâmicas de resistências e ressignificação, predominantemente simbólicas e políticas, sua mobilização, assim como os realinhamentos que tiveram lugar e a sua repercussão sobre a estrutura política tradicional, os fatores que ensejaram a ascensão de líderes questionadores da ordem estabelecida, a exemplo de Luiz Catu, se, e como, a mobilização afetou a força política de líderes tradicionais e, finalmente, as motivações que presidiram a formação de um movimento estratégico de caráter étnico.

Neste caso, à política apresenta-se um caráter simbólico fundamental, os sujeitos envolvidos no campo político procuram construir representações acerca do "ser índio". Somos levados então a considerar os discursos e representações que eles veiculam como constituintes dos processos de organização política. O

campo político de que tratamos, no qual se trava uma luta pelo reconhecimento das categorias sociais, através da trama de fazer ressurgir sujeitos sociais concretos em representações grupais, no caso, envolve um movimento de alianças e compromissos dos próprios sujeitos com a luta política da qual fazem parte.

Contudo, a abordagem que se faz da política como universo por excelência das práticas discursivas, parece-nos adequada ao tratamento do nosso objeto de investigação. O processo de organização política da comunidade Catu constrói-se, sobretudo, a partir dos discursos que tentam construir uma unidade. A especificidade do caso da comunidade Catu conduz exatamente a pensar a etnicidade em suas significações e ressignificações. É importante a substância cultural definidora do caráter coletivo, mas um processo no qual os sujeitos edificam as teias da história e da prática social para edificar representações legítimas.

Em face deste contexto, nos últimos vinte anos vem se impondo como característico dos indígenas da região Nordeste o chamado processo de Etnogênese. No campo antropológico abrange tanto a emergência de novas identidades como a ressignificação de etnias já reconhecidas. Do ponto de vista teórico passou a ser o debate sobre a problemática das emergências étnicas e da reconstrução cultural, fortalecendo o embate político de grupos étnicos.

O termo etnogênese representa para a antropologia o desenvolvimento em um determinado momento histórico dos grupos étnicos ao se perceberem e serem percebidos como diferentes dos outros grupos por possuírem características linguísticas, sociais ou culturais que consideram ou é considerado exclusivo (BARTOLOMÉ, 2006, p. 42).

Entretanto, podemos qualificar como Etnogênese o “ressurgimento” de grupos étnicos considerados “extintos” ou em “via de extinção”, que se reconfiguram, lutando pelo seu reconhecimento e em consequência, por seus direitos. As dimensões que envolvem o tema das identidades étnicas são latentes e constam para os procedimentos de compreensão histórica da identidade em comunidades indígenas. Para isso, baseiam-se na reinterpretação do seu passado e memórias, cujas metas são a preservação cultural, de seus territórios

étnicos e a viabilização de suas condições de reprodução social e cultural diferenciada.

Os códigos simbólicos e de conduta dinamizados nas etnogêneses só podem ser efetivos caso coincidam com a experiência cultural da coletividade de participantes. Os próprios sistemas simbólicos demonstram, através desses processos, sua capacidade não só de refletir a realidade, mas também de construí-la, uma vez que a identidade étnica, como estrutura ideológica, opera como um fator que informa a realidade ao determinar o desenvolvimento de tipos específicos de organizações sociais.

Em nossos dias, vários povos indígenas em processo de luta por direitos e reafirmação identitária demarcam suas origens nos territórios potiguares. A articulação contínua entre presente e passado, em processos de significações e ressignificações desde os tempos coloniais, os índios se fundamentam em suas reivindicações. Com base em trajetórias passadas, reconstruindo memórias a partir de referenciais do presente, grosso modo, enfatizando suas atividades e alianças com agentes de diferentes instâncias do poder. Apresentada em estudos pelos trabalhos, dos antropólogos Claudia Silva (2007), Juarez Moises Junior (2008), da turismóloga Tatiana Moritz (2010) e o mais recente Gildy-Cler Ferreira da Silva (2016).

No início do século XXI, no Rio Grande do Norte, várias comunidades têm se autodeclarado indígenas e passaram a cobrar a garantia de seus direitos enquanto cidadãos perante o Estado brasileiro. Segundo os dados do IBGE/RN (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Rio grande do Norte). (SILVA, 2016, p. 8).

O campo político e etnicidade indígena, principalmente do Nordeste, aponta para uma rede de interdependências ampla, que envolve questões jurídicas e práticas de definição pela sociedade brasileira. Iniciou-se com projetos alternativos à política oficial e com os movimentos indígenas na década de 1970, esse novo modelo teve seu reconhecimento legal e jurídico assegurado a partir da Constituição de 1988, e com a legislação específica que a segue, passando a se configurar uma política de Estado. Em frentes diferentes, antropólogos e estudiosos acabam convergindo para interesses comuns, ou seja, dos de criarem

condições para a efetiva sobrevivência das populações indígenas sejam elas no campo acadêmico ou de povos tradicionais.

O fato é que estamos lidando, neste contexto, com um processo histórico, que ainda está em curso. Ao perceber as dificuldades organizativas que são vivenciadas pela comunidade Catu, particularmente em seu território, e percebemos também da influência que o trabalho de lideranças exerce sobre as possibilidades dessa comunidade atingir um patamar de mínima organização para poder gerir seus próprios destinos.

Aos poucos, às especificidades dos contextos locais começa a ganhar expressão. A comunidade aparece como a comunidade ideal, politizada e autônoma. Na sociedade, ao contrário, se passam a ideia que as comunidade indígenas esperam uma atitude paternalista e assistencial por parte do Estado. As pesquisas mencionadas anteriormente nos descrevem que a comunidade desempenha um papel muito importante em suas políticas afirmativas.

Advindo da antropologia, o conceito de etnogênese facilita o entendimento da questão da emergência de movimentos políticos de reivindicação dos direitos indígenas e dos processos de identidade étnica, no Brasil. O conceito de etnogênese opera dando visibilidade ao sentimento de pertencimento e aos processos históricos diferenciados de cada unidade étnica. Percebe-se então que, os valores culturais podem ser significados e ressignificados, de acordo com a compreensão individual e grupal atribuída por meio de hábitos e tradições, evidenciadas em processos históricos delimitadas pelo seu espaço e tempo.

Concebe-se na antropologia que a cultura é dinâmica em relação à ação de tempo e espaço, mantendo redes de significados, (GEERTZ, 1989), e está sempre em movimento constante de ressignificação (re-elaboração) de valores e signos (tradição). Seria a cultura resultado de uma relação política de escolhas individuais e coletivas presente na comunidade. Sendo assim, as identidades étnicas são particulares e circunscritas historicamente, bem como são, os traços culturais que definem uma unidade social.

Partimos desses pressupostos conceituais, para tentar compreender a perpetuação de uma identidade indígena na comunidade Catu e os desdobramentos étnicos a que essa identidade implica. Assim, os signos da cultura e suas interpretações são particulares e coletivas, e tomam como

referencial as tradições e contextualizações históricas vivenciadas no cotidiano, no fazer, imaginar, ritualizar, e mesmo no silenciar, definindo uma identidade étnica, um sentimento de pertencimento, uma unidade.

Pode-se então perceber que os valores tidos como referentes da identidade de um grupo social são definidos pelo: tempo, espaço e principalmente pelas relações políticas, envolvidas em um processo de mudanças constantes. Se podemos pensar então a etnicidade como uma linguagem que se dirige para fora, tal qual coloca a análise em projeto, permitindo uma comunicação contrastiva, é lícito supor, tendo em conta as reelaborações produzidas pelos Catu, que o processo de construção da etnicidade também propicie um auto-entendimento coletivo, capaz de proceder à seleção dos sinais necessários à comunicação da diferença, com base na crença compartilhada pelos membros do grupo.

Em se tratando de etnicidade, estamos, portanto, tratando de um processo de ordenação política, cujo desenrolar é uma construção relacional: “A análise dessa teia de interdependências, ou do trançado, que nos parece sugestivo como possibilidade de realizar um exercício singular de resgatar a tessitura de relações sociais” (Oliveira Filho, 1988). Os processos políticos apontam para a riqueza das percepções que se inter cruzam. As situações sociais que acompanhamos e registramos no diário de campo, oferecem representações discursivas sobre as ações e posições dos agentes na cena política local.

Ao pensar a etnicidade neste sentido construtivo e politicamente orientado, parece-nos ser instigante percebê-la em referências mais diluídas presentes no cotidiano, nas representações e práticas cotidianas. Esta identidade pode estar hoje diluída em meio aos embates propriamente políticos, mas definem limites entre concepções de mundo, entre índios e brancos. Também não é incomum que aqueles que se assumem enquanto comunidade indígena atualmente utilizem estes estereótipos para definir o ser índio. Mas a depender da posição dos sujeitos, obviamente os estereótipos assumem valores diferentes. Para os índios é uma definição de atributos que passa a se conjugar com outras para construir o reconhecimento de si próprio, em processos de significação e ressignificação de identidade étnica.

UMA CONSTRUÇÃO POLÍTICA DA IDENTIDADE

O caminho para a viabilização de uma formação identitária diferenciada, consiste na capacidade de reformulação de estratégias de resistência, na promoção de suas culturas, em como se manter unidos em comunidade. Entre outras formas de preservação, a memória pode-se traduzida como as reminiscências do passado, que afloram no pensamento de cada um, no momento entre integrantes de um grupo, doravante memória coletiva, ou ainda, como a capacidade de armazenar dados ou informações referentes a fatos vividos no passado.

Dessa maneira, a memória coletiva engloba a memória do grupo e cada componente desse grupo com ela se identifica. O grupo é portador da memória e esta é consensualizada mediante as relações que se estabelecem dentro do próprio grupo. É no contexto dessas relações que construímos as nossas lembranças e elas estão impregnadas das memórias dos que nos cercam, de maneira que, ainda que não estejamos em presença destes, o nosso lembrar e as maneiras como percebemos e vemos o que nos cerca se constituem a partir desse emaranhado de experiências (HALBWACHS, 1990).

A duração de uma memória está limitada à duração da memória do grupo. Isso significa dizer que há necessidade de preservação de elos entre os integrantes de um grupo para que a sua memória permaneça. O envolvimento coletivo é importante esforço levando às análises, por meio de memórias, reconhecendo a diversidade indígena expressa em seus modos diferentes de compreender a realidade vivida e partilhada com outros povos. Na aquisição de novos conhecimentos úteis para melhoria de suas condições de vida, estas são algumas das pautas relativas aos indígenas na configuração do campo político de uma organização política de identidade.

O desenvolvimento das lideranças é priorizado por ser a base de sustentação e articulação da organização política. Mais ainda, a formação de lideranças cria as condições para que interlocutores autorizados falem em nome da coletividade. Uma característica da comunidade, um líder começa a se formar na medida mesmo em que passa a frequentar tipos de atividades, que de fato propicia experiências que exige uma participação efetiva na luta política no

momento de sua realização mais empírica. Deve-se considerar também as trajetórias dos líderes e seus atributos, definidos coletivamente, que os fazem autoridade para falar em nome de um conjunto.

Dada a importância aqui para o entendimento dos discursos políticos que se inter cruzam na construção de relações étnicas. Podemos reconhecer em dois níveis indissociáveis no trabalho de conscientização presente na comunidade Catu: o primeiro é o nível da luta de classes que permeia a ordem social capitalista; o segundo é a organização do povo de que segundo os princípios éticos dos direitos humanos para obter a valorização das diversidades.

A produção de um sentido de afirmação particularmente relevante na constituição da etnicidade, está na posição do líder, como estratégica para a legitimação dos valores e direitos indígenas. É importante demarcar um campo ideológico favorável, é perceptível em relação a leitura realizada pela liderança no processo de embates políticos no qual a comunidade está inserida. Para resistir à ação violenta a comunidade encontra-se nos processos afirmativos. Sem dúvida, nesses momentos a coesão grupal configura a única possibilidade de resistência às pressões arbitrárias. O trabalho de liderança orienta a solução dos conflitos no campo político, que se conjuga com a organização política indígena. A luta indígena vai exigindo modalidades de organização mais amplas e, portanto, mais complexas.

À medida que se consolidou como comunidade politicamente organizada, a comunidade foi ganhando autonomia interna. Todas as decisões políticas são tomadas em reuniões com a participação de membros da maioria de grupos. O líder, na pessoa de José Luiz Soares, considerado o mais destacado, foi indicado pelas suas qualidades pessoais, como tranquilidade, boa oratória e capacidade de movimentação externa. Um dos líderes da comunidade é chamado de "cacique", e desempenha a função de um analista das ações de grupos ou indivíduos que interagem com a comunidade. Todas essas características, além do engajamento na luta indígena, dão um perfil político muito particular à comunidade, em relação à população da região em geral, e mesmo em relação às outras populações indígenas no Nordeste.

A realização de reuniões é uma constante no trabalho de conscientização. As reuniões são os espaços por excelência da articulação política interna.

Segundo as lideranças, chegam a falar em uma pedagogia da organização política. O componente pedagógico está disseminado em vários tipos de atividades, é notório os assuntos pertinentes sobre renda da terra, educação política, reforma agrária e outros. É de conhecimento para as comunidades indígenas, tentativas inúmeras de eliminação de seus territórios, que perpassam pela questão da reforma agrária, só que uma solução que encerra nos seus limites o controle da administração estatal e seus métodos de gestão e distribuição da terra.

É neste sentido que se realizam as diversas reuniões, para seu principal líder:

A importância fundamental das reuniões consiste na efetiva articulação das diversas comunidades envolvidas em conflito com a terra. A troca de experiências possibilita o reforço das atitudes tomadas a nível local, além de conduzir a uma apreensão da luta em termos mais abrangentes e, principalmente, permite perceber o conjunto de grupos envolvidos, o que lhes dá mais segurança para agirem coletivamente (Luiz Catu, 2018).

O diálogo, observado em visita a comunidade, onde fomos recepcionados pelo líder cacique e professor José Luiz Soares, mais conhecido como Luiz Catu, morador e representante da população local indígena junto a FUNAI, iniciou advertindo que os visitantes estavam pisando em território indígena do Rio Grande do Norte. Em seguida falou sobre a história de seus antepassados, a perseguição que seu povo sofreu e como teve que viver durante muitos anos em um lugar escondido, que no passado não muito distante, negar a origem era questão de sobrevivência. Luiz, 2018 [...] “agora, para manter viva o que sobrou da cultura ancestral é preciso afirmar sua existência no presente”.

O trabalho político é, segundo seu líder, para a comunidade o despertar de uma consciência adormecida. O ressurgimento da memória indígena foi sendo trabalhado em diversos níveis. Nas observações realizadas ficou perceptível a procura em encorajar arranjos organizacionais coletivos para as atividades produtivas, orientar o trabalho de outros segmentos da comunidade. A missão política dada a seu líder tem procurado dar consistência, concretude, à etnicidade através da constituição de grupos. Um dos grupos mais importantes da comunidade é o grupo de mulheres, principalmente de mulheres que trabalham na confecção de peças artesanais. Elas confeccionam peças artesanais para participação em feiras nas proximidades da região.

A produção de artesanato pelos Catu tem sido importante para o sustento de muitas famílias, que dele sobrevivem, além do valor simbólico que o acompanha nas relações que os Catu estabelecem com os não indígenas. O artesanato, pensado como práticas culturais e, portanto, compreendido com um produto social, passa a ser usado como afirmação de sua autonomia, em um processo de “autoconsciência cultural” e de “uso auto reflexivo da cultura”. Produzir certos tipos de artesanatos implica em saber manejar conhecimentos específicos sobre plantas, sementes, fibras, que são valorizados pela comunidade, como conhecimentos que fazem parte da tradição.

Tais grupos têm cumprido importante papel no engajamento das mulheres na luta política, pois as articulam em atividades produtivas associadas a um projeto étnico e lhes rendem um certo dinheiro. Além disso, o fato de trabalharem em conjunto coloca-as em constante interação, e as mantêm informadas do desenrolar das lutas mais propriamente políticas.

Atentemos que o reforço a práticas coletivistas se dá ao nível das práticas cotidianas como é o caso da própria “Escola Indígena” da comunidade, que tem como objetivo incentivar a prática cultural em seu ambiente interno. Em uma das conversas informais com o Luiz Catu, há uma caracterização da comunidade que enfatiza a comunidade interna, e reforça seus traços culturais ao qualificarem tais práticas como tradicionalmente indígenas. Neste sentido, para comunidade indígena, em suas palavras o líder Luiz Catu nos deixar claro os objetivos da educação indígena:

A educação escolar se constitui em aspectos de sobrevivência, desencadeia formas para interagir e reagir em defesa de sua identidade e dignidade. Luiz [...] Há escola também é um local de resgate, vista e sentida pela liderança e pela comunidade, como uma possibilidade real para desenvolver um elo entre às formas tradicionais de vida e às formas contemporâneas (2018).

Outro fator importante a ser analisado são os contatos com outros grupos indígenas do Nordeste, que propiciam uma referência organizativa. Eles estão segurando a tradição, segurar a tradição (uso do termo “segurar a tradição”, seria em seus entendimentos comunitários algo no sentido de protegido, cuidadoso) é procurar internamente garantir a reprodução coletiva, através, da prática de reuniões regulares e manutenção de costumes tidos como tradicionais. Assim, a

formação de um calendários existente de ritual do Toré¹ foi recebida como uma iniciativa importante, para reforçar a identidade grupal. A importância da frequência na realização do ritual é enfatizada também por isso e por proporcionar a comunicação interna. Por isto, também que a valorização da história e da cultura são elementos fundamentais na orientação do trabalho político.

Muitos povos conseguiram salvaguardar uma cultura que os identificam como indígenas na relação com outros indígenas, já outros grupos e famílias que sobraram na luta contra o invasor, tiveram que “camuflar” a identidade coletiva por longo tempo como estratégia de sobrevivência até que estivessem em segurança.

Mas deixa claro que:

Luiz Catu, em concordar de pesar de parecerem agricultores, são “profundamente índios”. A perspectiva política está referenciada por uma concepção de identidade indígena, esta substância vive em uma espécie de consciente coletivo que deve ser reencontrado em constantes ressignificações do seu cotidiano (2018).

Outro aspecto importante nas articulações, foi a vinda de índios de outros grupos para visitar a comunidade. A partir de relatos, que colhemos, os colaboradores dão conta da importância desses encontros para o reforço da identidade étnica, principalmente entre as comunidades emergentes, que têm sua identidade questionada por uma parcela da sociedade. Na prática de suas interações as comunidades realizam acordos, firmam compromissos para o desenvolvimento de ações no sentido de garantir os direitos dos grupos sociais apoiados. À diversidade organizacional dos Catu vai se justapondo, paulatinamente, uma unidade, percebida, em certa medida, pelos próprios nativos, mas configurada também pelas ações dos próprios aliados da comunidade.

A propósito de construção de relações, Oliveira (1996) chama atenção para o caráter processual da identidade coletiva (ou social). Ela seria formada a partir das relações sociais, que por sua vez são determinadas pela estrutura

¹ Um ritual sagrado, comum aos povos indígenas. No ritual do Toré, os participantes entoam cânticos tradicionais e ancestrais para buscarem integração com as forças da natureza, entendido como uma tradição dos índios do Nordeste que se identificam nesse ritual, articulando em seus discursos e memórias, um grau de parentesco entre eles.

social. O caráter relacional da identidade é sublinhado por Oliveira, que utiliza a noção de “relações de identidade”, formulada para explicar o fenômeno. Nessa noção está imbricada a ideia de complementaridade, que seria expressa a partir do fato de somente ser compreensível numa dada identidade em oposição complementar a outra (índio potiguaras-índio tapuias) e não (índio-colonizador). Esse contraste é que garante a gramaticalidade do sistema de relações de identidade, isto é, fará com que o mesmo seja inteligível, dentro do sistema cultural.

A peculiaridade do conceito antropológico de identidade estaria, segundo o autor:

No fato de que ela emerge a partir de um dado sistema de relações sociais, o que significa dizer que, qualquer estudo antropológico de identidade étnica deve levar em consideração o sistema de relações interétnicas que propicia as condições de existência que geram essa identidade (Oliveira, p. 52, 1996).

É a construção de vínculos de pertinência a uma história coletiva que dá sustentação a um projeto comum de futuro étnico. Daí a importância dos detentores da tradição ancestral, aqueles que controlam a memória possuem o poder grupal, legitimado por uma comunidade de interesses e valores. É bem este traço relacional que define os grupos étnicos como “tipos organizacionais”.

Essa possibilidade de intermediação, de virem a ser ouvidos, é o que os sustenta no enfrentamento das situações conflituosas concretas. A prática, de reuniões regulares, cria uma espécie de cultura política que implica na própria elaboração de um padrão de interação, que produz um significado específico da prática política e define um perfil para as lideranças.

A emergência desse líder foi se dando a partir de vários fatores. Com sua visibilidade, Luiz passou a ser ponto de referência para os que chegavam à comunidade. À medida que a luta política na comunidade se intensificou, acentuaram-se as divergências com alguns setores políticos da região. Acompanhando o líder da comunidade ao falar de benefícios por parte do poder público, a exemplo de posto de saúde e escola, na qual foram motivos de vários debates e conflitos, foi possível identificar elementos significativos para entender o que eles consideram importante no processo de organização política da coletividade.

Para afirmar qual a orientação a ser seguida, é relevante em trechos de suas falas anotadas no caderno de campo, durante sua companhia na comunidade:

Luiz pareceu indicar que só uma valorização cultural interna poderá trazer a união necessária ao enfrentamento coletivo da opressão. Neste sentido, ele próprio lembrou a comunidade como uma comunidade organizada. A luta define mais uma vez o sentido de propriedade da identidade étnica para aqueles que são os "guardiões" e estão sendo envolvidos pelo processo de organização política cujo modelo ideal é a defesa de sua identidade. Luiz assim definiu: [...] a maior autoridade é os nossos costumes. Se as pessoas valorizassem o seu patrimônio levariam à frente a tradição (2018).

Nesse sentido, os jovens têm sido orientados pelos mais velhos para cada vez mais se apropriarem das formas de pensar e agir, para protegerem-se e garantirem na luta histórica contra a eliminação de seus saberes, suas línguas, suas identidades, suas culturas e seus territórios, especialmente na atualidade em que ampliam as investidas sobre a terra. Como em qualquer outra cultura, permanentes ao mesmo tempo que se transformam diferenciando-se das práticas sociais tradicionais, mas mantendo com elas o vínculo de identificação que os identifica e garante o vínculo de pertença do grupo com os seus ancestrais, ao mesmo tempo que os diferencia dos demais grupos humanos

O conhecimento da própria identidade define o significado de seus antepassados. Construída e afirmada a consciência de "ser índio", o passado é reinterpretado e os costumes de forma a sustentar um projeto coletivo. Passam a se reconhecer, internamente, como índios. O reconhecimento de uma subjetividade compartilhada retira o conteúdo estático das organizações sociais de caráter étnico, conduzindo a análise para os processos mais dinâmicos de formação dos grupos sociais e de suas possibilidades de condução de uma política concertada, ou seja, a realização de ações comunitárias.

As situações sociais que acompanhamos e registramos oferecem representações discursivas sobre as ações e posições dos sujeitos na cena política interna e externa. Assim, o que se apresenta ao observador externo são discursos, mediante os quais é possível reconstruir a trajetória de relações, no sentido de estabelecer a posição dos sujeitos, que organizam, por um processo de identificação, a definição de aliados e forças naquele momento. A

configuração de alianças pode ser alterada atendendo a contingências do próprio relacionamento.

As diversas pressões externas e internas, dentro do formato político nacional atentaram o Estado brasileiro, para a importância da cultura indígena. O papel da comunidade Catu na construção de mecanismos para pensar o sujeito indígena no Rio Grande do Norte, alerta para a necessidade que sejam incluídos nos projetos políticos, sociais e culturais, na valorização dos processos históricos da emergência étnica e da valorização da diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inquietação suscitada por um texto de Geertz (1989) abre caminho para uma reflexão sobre as possibilidades dialógicas ensejadas pelos sujeitos presentes no campo político da etnicidade. Para o mundo dividido dos antropólogos, entre o "estar lá" e o "escrever aqui", importa encontrar uma maneira de se posicionar ante a realidade investigada, construindo uma representação coerente e organizada dos acontecimentos e seus significados. Tal perspectiva implica um certo grau de distanciamento, requisito indispensável à execução do trabalho científico.

Começamos com essa inquietação porque ela é particularmente importante ao nosso caso. Estamos diante de um quadro diversificado que se alterou enquanto tentávamos reconstituí-lo etnograficamente. A primeiro contato com a comunidade Catu decorreu de uma aula de campo em julho de 2016, o retorno ao campo de estudo se deu praticamente em dois anos depois, em junho de 2018, foram perceptíveis os modos de organização neste espaço de tempo no âmbito político, como elemento de aliança e união da comunidade e representam uma ferramenta de empoderamento diante de um mundo que por vezes os ignoram.

O respeito pelo legado deixado pelos ancestrais orienta a vida da comunidade Catu sem coibir a expressão de novas relações com o mundo, mas com objetivos delineados que requerem ainda mais a compreensão de que os povos indígenas, com seus saberes tradicionais preservados, estejam também em conexão com os saberes universais, pois os impactos deste mundo

“globalizado” atingem em todas as dimensões as comunidades indígenas, transformando-se num desafio ainda maior. Eis aí o dilema mais cruel de nosso ofício, representar sem congelar a realidade, reificando-a em modelos de interpretação, sempre parciais, e necessariamente comprometidos com os limites ordinários dos constrangimentos internos à prática antropológica.

As teias de relações que ligam os diversos agentes podem ser vislumbradas como um circuito de tensões, tendentes aos conflitos e alianças. O campo político associa os sujeitos mediante fluxos de troca que procuram ordenar o sentido das suas ações com vistas à construção de seus projetos, projetos estes elaborados segundo os esquemas de percepção tecidos pelos valores e interesses coletivos e individuais. Vimos que não podemos falar de etnicidade em um sentido unívoco.

Dissemos que o nosso propósito nessas "considerações finais" é apontar possibilidades para esse diálogo em respeito à diversidade. A interpretação mais adequada ao universo da etnicidade constrói-se sob o prisma teórico das relações políticas. A política dos discursos que qualificam e desqualificam, autorizam e reprimem, enfim, ensejam o embate de categorias de exclusão e inclusão. Um movimento de estratégias sociais que procura estabelecer a legitimidade dos projetos propostos pelos sujeitos em luta é o caráter de nosso propósito em momento. O campo é, assim, uma rede comunicativa cujo principal móvel de troca são as informações. Neste sentido, as alianças configuram a capacidade dos sujeitos exercitarem seus sentidos da política sempre no campo de diálogo à etnicidade. Trata-se de referências presentes nos esquemas culturais locais e que só reforçam a diversidade do mundo.

REFERÊNCIAS

BARTOLOME, Miguel Alberto. **As etnogêneses**: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. Maná, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 39-68, abr. 2006.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa**: por uma teoria interpretativa da cultura. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 13-41.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Presses Universitaires de France, 1990.

OLIVEIRA, João Pacheco. **"O nosso governo": os Ticuna e o regime tutelar.** São Paulo, Brasília: Marco Zero, 1988.

OLIVEIRA, João Pacheco. **Uma Etnologia dos "Índios Misturados"?** Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. Mana Estudos de Antropologia Social – Rio de Janeiro 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco. **A Viagem da Volta:** Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Identidade, Etnia e Estrutura Social.** São Paulo, Editora Livraria Pioneira, 1976.